

## O AGRARISMO BRASILEIRO NA INTERPELAÇÃO DE CAIO PRADO JR.

Raimundo SANTOS<sup>1</sup>

À memória de René Zavaleta Mercado

- **RESUMO:** O artigo retrata a controvérsia no interior do PCB e a disputa dos comunistas brasileiros com Francisco Julião, no início dos anos 60, como um dos mais expressivos (senão o "grande") debates sobre a questão agrária brasileira. O autor utiliza a interpelação caiopradiana antifeudalista de seu partido como uma referência para caracterizar tanto as oscilações do agrarismo pecebista – "sindical" e parcialmente camponês – quanto o agrarismo puramente campesinista do líder das Ligas Camponesas. Um tema caiopradiano percorre todo o texto: reforma agrária camponesa ou reforma agrária "mista", camponesa e fundamentalmente de "renovação da economia agrária" de grande empresa?
- **PALAVRAS-CHAVE:** Agrarismo; comunismo brasileiro; Ligas Camponesas; Caio Prado Jr.; reforma agrária.

Em seu já famoso balanço do século, Eric Hobsbawm (1995) confirmou na "fatalidade histórica" dos camponeses a predição do *Manifesto Comunista* segundo a qual o antigo mundo agrário, como tudo que parecia sólido no *Ancien Régime*, também haveria de desaparecer

---

<sup>1</sup> Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – 23851-970 – Itaguaí – RJ.

com a generalização da modernidade burguesa.<sup>2</sup> A bibliografia da história comparada já descreveu em três grandes modalidades a trajetória dos camponeses nos processos de “construção do mundo moderno”: ora eles seriam o grande entulho a ser removido ao longo do tempo para a vinda do capitalismo liberal (classes empедernidas durante a Revolução Francesa, domesticadas somente após dois impérios) ora classes subjugadas pela violência e passivas como nas experiências de modernização conservadora alemã e japonesa, ou ainda grupos disponíveis à mobilização das revoluções comunistas como um outro tipo de processo modernizador (Moore Jr., 1983).

O marxismo tomou o destino dessas classes agrárias tanto como objeto sociológico quanto como tema relevante da sua ciência política. A sociologia sempre as tratou como coadjuvantes de uma história realizável por um sujeito universal de definição moderna e vocação à urbe. São emblemáticos o paradigma da expropriação camponesa de *O capital* e os escritos de Marx sobre a dominação britânica na Índia, o texto engelsiano sobre a situação dos camponeses na França e na Alemanha, especialmente o argumento de Lenin contra a tese do comunitarismo russo como atalho à desintegração do mundo agrário invadido pelo mercado. O líder bolchevique, numa perspectiva de Ocidente, imaginou um trânsito do tradicional para o moderno menos doloroso e de ganhos emancipatórios para camponeses *in nuce* aliados de um movimento político de constituição de uma nova ordem social. Lenin transitava da compreensão da questão agrária com base na teoria social (a “penetração do capitalismo na Rússia” contra o por ele chamado romantismo econômico) a uma teoria política aplicada – tema dos “governos provisórios” de universalização da democracia política, noção de aliança operário-camponesa como hegemonia – que apontasse solução para o paradoxo de uma modernização conduzida por classe diversa ali onde é débil o impulso burguês, como sugerido no *Manifesto Comunista*. Em *Duas táticas da social-democracia russa*, como se sabe, ele recusara a utopia dos populistas russos, contrapondo-lhe uma mobilização agrária associada a uma coligação pluriclassista de centralidade popular, portadora de impulso suficiente para levar os camponeses a um nível de civilização diversa do seu, à vida urbana plena generalizável no mundo agrário, como, depois, sinalizam os tex-

---

2 “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século e que nos isola para sempre do mundo do passado é a morte do campesinato” (Hobsbawm, 1995, p 284).

tos sobre a eletrificação rural e a nova política econômica das concessões à pequena produção, de 1918-1921.

O próprio marxismo chinês, por definição, não haveria de reivindicar superioridade para o campesinato. O Partido Comunista chinês teve de conciliar a tensão de sua práxis de Oriente com o marxismo-leninismo oficial pós-1917 e acomodar, numa síntese proveitosa, o conceito de classes sociais como componentes antagônicos da sociedade em mutação, que recolhe de Marx, e o partido leninista, elevado a força por excelência de ruptura com o mundo estático dos camponeses e dos intelectuais-administradores-guardiães da ordem feudalista e colonial (Pishel, 1986). Contido pela bolchevização imposta aos PCs pela Internacional Comunista (IC), Mao Tsé-Tung terminaria radicando o seu cálculo estratégico numa associação tripartite entre *intelligentsia*, operários e campesinato no Exército-Partido Comunista, *locus* de formulação e difusão de uma ideologia de modernização da China. Durante a revolução cultural, bem depois, quando da crise de legitimidade do sistema político, é que o maoísmo como tal teria se notabilizado como força mobilizatória de alto componente ético-educativo e exibido traços utópicos, embora já não fossem tão visíveis as suas inspirações agrárias.

De qualquer modo, nessa tradição marxista comunista, o problema camponês se define a partir do deciframento da formação social segundo a leitura da lógica da modernização agrária que lhe é específica; as classes do pretérito, dependendo os seus movimentos sociais da interpelação da ponta moderna e urbana dos grupos subalternos. Na bem longa tradição da IC, convertida em ideologia, ao leninismo se lhe vai confiar a função de vencer os valores artesanais e a dispersão próprios aos camponeses; estes, tendentes a perder importância na saga histórica da classe operária, como observou Stalin, prescrevendo alianças concêntricas segundo a confiabilidade – a princípio, unidade até com os camponeses ricos; mais adiante, camponeses médios, pobres; e, afinal, com grupos semi-assalariados, assalariados, afastada qualquer veleidade utópica. Depois, como ideologia da nova ordem, o marxismo-leninismo se converteria em cultura política mobilizável para sedimentar, com base na concentração produtiva forçada, um processo de “intelectualização comunista” das antigas classes em laboratório de homogeneização social presidido pela política (Stalin, 1941).

E na memória brasileira, há algo parecido e que pertença a esse mundo intelectual? Haveria considerável consenso se relembássemos as Ligas Camponesas e os sindicatos comunistas como um marco dos novos movimentos sociais agrários por onde, pela primeira vez, gran-

des contingentes pediam passagem para o sistema político no início dos anos 50. Até que não seria difícil considerar a controvérsia do PCB com Julião como um bom registro da concorrência entre as duas principais articulações da época. Reconhecê-la como tradução brasileira daquelas teorizações, aí já seria bem difícil consensualizar. Caio Prado Jr., *outsider* e comunista rebelde, aparece com frequência discutindo a tese da feudalidade na historiografia e muito pouco como interface de uma querela com foros de nossa "clássica" discussão sobre as relações do campesinato com a política.

Tematizando a marca do nosso mundo agrário em sua dissertação sobre o "capitalismo colonial", Caio Prado Jr. precocemente adiantou o argumento com o qual irá negar caráter estrutural aos nossos "restos feudais", cuja superação os comunistas viam como uma revolução agrária e antifeudal, segundo ele, a grande viseira teórica do seu partido. Caio Prado Jr. se colocou contrário à sua tradição mediante uma argumentação tão interessante que pode ser considerada, sem nenhum favor, chave de leitura de um debate verdadeiramente expressivo. Se aqui – deslocando a conotação antiga – por agrarismo entendermos a "significação" das lutas agro-reformistas, segundo o protagonista social que se privilegie nas ideologizações dos atores políticos, poderíamos revisitar aqueles dois agrarismos do final dos anos 50 e começo da década de 1960, o camponês – de Julião – e o "sindical" – do PCB (se compreendido como queria o militante ilustre) – como as interfaces de um emblema que ainda não esmaeceu na memória brasileira, quem sabe, ainda hoje uma incomodidade em nossa cultura política.

Se considerarmos o anticampesinismo de Caio Prado Jr. como texto de um publicista, isto é, interpelação do ator político para lhe potencializar a ação, ele se torna bastante qualificador do modo como nos anos 50 e 60, tanto no discurso comunista como até mesmo em alguns autores nacional-desenvolvimentistas, se problematizava a questão agrária. A interpelação de Caio Prado Jr. ao PCB àquela época de irrupção dos camponeses na cena política pode ser reconstituída tendo como base duas dimensões interligadas – a da argumentação mais conhecida contra a feudalidade; e a da ensaística crítica da práxis agrária concentrada na luta pela terra – priorização, segundo Caio Prado Jr., que só fazia subestimar, se não muitas vezes até mesmo "oblitera[r] por completo o que realmente se apresenta[va] na realidade do campo brasileiro. A saber, a profundidade e extensão da luta reivindicatória da massa trabalhadora rural por melhores condições de trabalho e emprego" (1978a, p.53).

O que se segue não constitui uma mera reprise de um passado, com clichês e imagens sobre o comunismo brasileiro, mas um exercício de história intelectual a partir de um (grande) texto, considerado referência à leitura de outros menores e do material não convencional aqui habilitado como peças valiosas para retratar as intenções dos protagonistas (Skinner, 1995). Não nos estenderemos, no entanto, em considerações sobre o contexto histórico-intelectual da época, como se pede a este tipo de exercício, supondo-o referido nos próprios temas e questões que fluem na querela agrarista, para assim não aumentarmos o presente texto.

Inicialmente esperamos chegar a uma idéia aproximada das duas principais movimentações que põem os termos do debate agrarista: de um lado, a “pressão” de Caio Prado Jr. para que o seu partido considerasse a verdadeira “dialética econômica” do campo brasileiro – grande empresa, assalariamento – como o dado estratégico ao qual todos os aspectos da questão agrária deviam se referenciar; de outro, o movimento “reativo” do PCB, recusando-se a ouvir o seu militante, preferindo viver as conseqüências da tese feudalista. Mas essa disjuntiva não revela toda a história do caminho andado por esse partido para se livrar de um antigo campesinismo instrumental e reconhecer, gradativa e parcialmente, as razões do seu historiador, num processo de adaptações, marchas e contramarchas.

Caio Prado Jr. participa do debate agrarista – então mais dentro do que fora do PCB – com uma teorização que vinha de longe. Já no livro de 1933, está delineado o ponto do qual o historiador paulista não se afastará – o “caráter geral da colonização” que particularizara o caso brasileiro, ao ter havido aqui uma grande mobilização de recursos e mão-de-obra vindos de fora para tocar a grande empresa voltada para o mercado externo (Prado Jr., 1933). Esse capitalismo agrário consagrar-se-ia mais ainda em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), com base em seu circulacionismo de referência – “A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume e explica” (Prado Jr., 1942, p.226). *Equívoco*, diga-se à margem, cobrado depois por alguns marxistas-leninistas brasileiros, mas há também quem o considere parecido ao de Gramsci, que minimizara a economia para chegar à teoria política – aqui também o deslize se constituiria um “erro fecundo” capaz de dar conta da sociedade colonial “mais externamente determinada”; e, de fato,

lhe havia permitido elaborar naquela obra uma teoria do Brasil Colônia hoje considerada definitiva.<sup>3</sup>

Em uma larga experimentação, Caio Prado Jr. segue diversas trilhas para tornar cada vez mais incisivo o seu argumento contra a idéia de revolução agrária antifeudal. Já na Tribuna de Debates do IV Congresso de 1947 (adiado e só realizado em 1954), ele voltara ao tema da origem da economia agrária estruturada para o sistema produtor da grande empresa mercantil, a fazenda brasileira mais se parecendo com a fazenda de escravos romana do que com qualquer formação social representativa do feudalismo.<sup>4</sup> Em um dos seus textos escritos para o V Congresso, de 1960, encontramos uma problematização da questão agrária a partir de um recorte "mais diretamente político". Ou seja, por conta da apreciação que Caio Prado Jr. fazia da correlação de forças presentes naquela conjuntura e que não permitia avançar mais o processo de transformação agrária, ele passa então a defender a tese de que a libertação da terra (das travas à "livre mercantilização") mediante tributação poderia vir a ser (*mutatis mutandis*, como a nacionalização em Lenin) o "passo inicial e preliminar" de uma reforma agrária (aqui o ponto a destacar) que tanto favoreceria as massas de sem-terra como estimularia a economia agrária, melhorando a oferta de empregos e as condições de trabalho para o grupo social estratégico: os assalariados e semi-assalariados. Isto é, uma "reforma agrária mista", camponesa e fundamentalmente de revitalização da economia agrária de grande empresa (Prado Jr., 1960a; Santos, 1996b). Por fim, na última obra importante, a de 1966 [1978a], Caio Prado Jr. retoma o ponto, desenvolvido igualmente na ensaística da *Revista Brasiliense*, e completa o argumento, agora denunciando o "apriorismo conceitual" (que levara o PCB a importar o modelo revolucionário da IC e com ele construir a sua imagem de Brasil) e mobilizando a conceituação leniniana de antifeudalismo, cujos pressupostos – economia camponesa, extração não econômica do excedente, ocupação efetiva da terra, empresariamento da produção etc. – não encontravam correspondência no país. O que se pareceria mais à economia camponesa – a pequena produção – restringia-se a áreas de pouco peso econômico e

---

3 Na interpretação de Carlos Nelson Coutinho, no primeiro texto Caio Prado Jr. teria coincidido com Gramsci ao descrever traços de revolução "pelo alto" e de "revolução passiva" na modernização brasileira da segunda metade do século passado (Coutinho, 1990).

4 A revista *Cadernos do Nosso Tempo* do Ibesp (depois Iseb) publicou no seu n.2, de jan./jun. de 1954, uma resenha daquele debate "Três etapas do comunismo brasileiro", sem autoria, in Schwartzman, 1982.

importância secundária (a região das Ligas Camponesas, entre a zona da mata e o agreste, no Nordeste; o Oeste do Paraná e o Centro-Norte de Goiás e o “alto interior do país”: os sertões do Nordeste, da Bahia e de Minas Gerais). E isso não poderia sustentar uma reforma agrária de tipo camponês. O ponto sempre reiterado: parcela esmagadora do trabalhador rural vinculava-se aos principais setores produtivos como vendedores de força de trabalho, único grupo social capaz de protagonizar o processo de mudanças no campo (Prado Jr., 1978a).

Caio Prado Jr. fará da desatenção para com o assalariamento a debilidade política do agrarismo do seu partido. Eis aqui a interpelação:

No que se refere à questão agrária, o Programa de 1961 [sic] inclui dois itens, um relativo à “reforma agrária”, consistente na desapropriação das grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, abolição da meia e terça, entrega de títulos de propriedade aos posseiros, estímulo ao cooperativismo, assistência etc.; e outro item, colocado em passagem largamente apartada da primeira e com o mais variado sortimento de assuntos de permeio, referente à extensão da legislação trabalhista para o campo

observa ele comentando o texto comunista, para assim revelar a natureza do problema: “A proposição dessas medidas não se apresenta, contudo, de forma sistematizada, ligada e articulada em conjunto que inspire uma interpretação adequada da realidade brasileira” (Prado Jr., 1978a). Caio Prado Jr. apontava para a duplicidade de orientação ao citar este outro trecho da referida resolução do V Congresso (na verdade, de 1960): “A fim de impulsionar a organização das massas do campo é necessário dar atenção principal aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas”. Para Caio Prado Jr. a primeira proposição não passava de um “cochilo” em relação à ortodoxia antifeudalista e como “réstia de bom senso” logo se desfazia no capítulo do mesmo texto “Normas de ação prática”, do qual ele volta a citar esta outra passagem (“incoerente”): “A organização dos camponeses deve partir das reivindicações mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses etc.”. Caio Prado Jr. queria mostrar como tal ambigüidade levava o PCB a priorizar a questão da terra e como essa concentração “só freava” a mobilização do grupo estratégico radicado na ponta moderna da agricultura.

Até hoje constitui ponto pouco conhecido o destino da teorização de Caio Prado Jr. no PCB. Ela vai estar presente em vários fóruns e controvérsias desse partido – antes de 1947, não podemos ainda localizá-la;

com certeza, no IV Congresso desse ano, nos V e VI congressos, de 1960 e 1967, especialmente neste último ao qual ele dedica *A revolução brasileira* – sem falar na ensaística publicada, e muito mais lida, no decênio de 1955 a 1964 na *Revista Brasiliense*. Se Caio Prado Jr. é a própria retidão comunista, seu marxismo-leninismo e sua visão de socialismo real são os mesmos do seu partido, onde a raiz das divergências? Na análise de conjuntura, quando um – nas páginas da *Revista Brasiliense* – e o outro – na sua imprensa – interpretavam os acontecimentos políticos da época? O PCB, valorizando os “aspectos positivos” do governo (JK, Jango), e Caio Prado Jr., sem tanto otimismo?

O historiador paulista – ao contrário do PCB, como veremos adiante – aponta para um Ocidente agrário, mas não consegue transcender a própria dissertação até uma teoria do conjunto da formação social, e/ou daí formular uma estratégia política de alcance nacional, como será o caso do revisionismo político do seu partido após-1954. Sua maior contribuição vai consistir na proposta de generalização da lei trabalhista para varrer do mundo rural os resíduos pretéritos, como observava ele, mais de origem escravista. Contraopondo-se a uma teoria da revolução brasileira à Oriente que atribuía ao PCB, Caio Prado Jr. mostrava, ademais, na obra de 1966, a ilusão no antiimperialismo burguês – a outra peça da teorização pecebista –, inclusive causa do envolvimento na “aventura janguista” e da derrota de 1964, como ele diz; e, mais, denunciava a fragilidade do “industrialismo artificial” (Prado Jr., 1978a), daí as razões da sua rejeição ao que ele já chamara no debate de 1960 “pecebismo político das improvisações da tática da frente única” (Prado Jr., 1960b). Esta teria sido a grande barreira e a esquina do desencontro do publicista com o seu partido. Já foi mais de uma vez lembrado que depois ele continuaria se recusando a reconhecer importância ao desenvolvimentismo da “internalização do mercado interno” pós-1964 (Prado Jr., 1978a, b), vendo sempre como traço da formação brasileira contemporânea a contradição entre o que ele chama de formas remanescentes do estatuto colonial e a construção (inconclusa) de uma economia voltada para as necessidades da população, por meio de um Estado verdadeiramente nacional (Sousa Freitas, 1993).<sup>5</sup> Em sua

---

5 Para Luiz Carlos Bresser Pereira, a resistência provinha do uso da categoria de circulação como critério definidor do capitalismo na fase “ainda juvenil”. Valendo-se disso o historiador pecebista não conseguiria entender o processo de constituição da ordem burguesa industrial e nunca mais se afastaria da imagem sombria de Brasil (Bresser Pereira, 1993). A proposição precisaria ser matizada porquanto, como se sabe, na produção contemporânea Caio Prado Jr. aceita sem reservas a ontologia econômica marxista-leninista.

valorização gramsciana das intuições de *Evolução política do Brasil* de Caio Prado Jr., Carlos Nelson Coutinho lamenta essa acentuação caiopradiana no tema do atraso, viés que não só o impedia de ver o intenso desenvolvimento das forças produtivas nacionais após-1964, como também a importância da questão democrática (Coutinho, 1990).<sup>6</sup>

Em lugar de incursões a um “marxismo nacional” – capitalismo colonial, capitalismo agrário – mas sem questionar a sua própria tradição,<sup>7</sup> o PCB terá que ultrapassar a sua “couraça ideológica” estalinista (Vinhas, 1982) para abandonar a política “de revolução no curto prazo” (um ônus da tradição, cujas versões recorrentes, “golpismo” e “pressa pequeno-burguesa”, ele próprio promete superar em inúmeros documentos) e o agrarismo camponês instrumental do Manifesto de Agosto de 1950 (Carone, 1982) que visualizava nos conflitos agrários pontos de apoio da Frente Democrática de Libertação Nacional, uma coalizão dirigida pela classe operária e o seu partido comunista, ao modo da experiência chinesa.

A “Resolução Sindical” aprovada pelo Comitê Central do PCB de 1952 registra o início dessa virada, começando pela nova orientação de “volta ao trabalho de massas” nas entidades legais (PCB, 1952). A difícil evolução dos comunistas brasileiros em direção a um pensamento de referência democrática avançaria após a morte de Getúlio e mais ainda durante a crise ideológica da segunda metade dos anos 50. Essa nova mentalidade emergira à proporção que o PCB fazia uma leitura positiva das resistências constitucionalistas (morte de Getúlio, 11 de novembro, posse de Juscelino) e, sobretudo, depois das discussões sobre o estalinismo, quando refaz o caminho e se redefine para enfrentar os tempos nacional-desenvolvimentistas.<sup>8</sup> A política desenhada na De-

- 
- 6 Uma hipótese suplementar sublinharia a natureza terceiro-mundista própria do marxismo da época. É como se a originalidade dos primeiros textos (1933, 1942) se transfigurasse num simétrico economicismo para caracterizar o Brasil urbano-industrial à hora que o econômico esquecido é reposto no marxismo-leninismo pleno da obra madura. A conjectura seria a de que, sem diversificar o seu marxismo, ele haveria de encontrar grande dificuldade para dar curso a intuições de uma fase inicial.
- 7 É no mínimo curiosa a ausência de Caio Prado Jr. nas tribunas de debates (*Voz operária, Imprensa Popular*) da controvérsia sobre o XX Congresso do PCUS nos anos 1956/1957, nas quais participaram quase toda a intelectualidade comunista, dirigentes e muitos militantes. As páginas da *Revista Brasiliense* tampouco discutem o estalinismo. Os livros sobre suas viagens à URSS e a Cuba, de 1934 e de 1962, igualmente entusiastas do socialismo real, bem como os volumes sobre filosofia marxista, de 1953 e 1957, sugerem que Caio Prado Jr. deve ter permanecido à margem dessa discussão crucial no PCB.
- 8 A respeito das mutações ideológico-políticas dos comunistas após 1954, sobretudo durante os debates sobre o XX Congresso do PCUS, ver Santos (1982, 1988). O marco da nova política, como se sabe, é a Declaração de Março de 1958, com a qual o PCB encerrou o trauma dessa

claração de Março importava exercitar a tática de frente única, remanescente dos tempos do antifascismo, relançada naqueles anos golpistas, de uma maneira permanente, ou seja, além de refletir a emergência da articulação pluriclassista do nacionalismo, ela passou a ser considerada a “nova política”. Aliás, é nesse momento que também começa a aparecer uma, usando expressão atual, *tática melhorista* da sociedade, que, mediante uma nova percepção segundo a qual “transformações de qualidade, sem as de quantidade”, sem uma acumulação de forças, tornavam irreal o projeto de mudança social e levava inevitavelmente para o aventureirismo político. Era uma tentativa de repensar o socialismo após a crise do estalinismo, como se pode visualizar no artigo de Marco Antonio Coelho chamado “A tática das soluções positivas” (Coelho, 1960).<sup>9</sup>

Há indícios de que então os comunistas brasileiros já percebiam que era preciso traduzir a sua ciência-marxista-leninista num aprofundamento dos temas substantivos da Declaração de Março – industrialização, que exigia romper com o terceiro-mundismo do seu marxismo; e o novo dinamismo da vida política nacional no sentido da democratização, que, por sua vez, punha entre parênteses a auto-definição revolucionária.<sup>10</sup> Vindo muito mais do pragmatismo político,

---

discussão (PCB, 1958; Carone, 1982). Daí em diante, a imagem de Brasil do PCB iria mudar progressivamente à medida que ele reconhecesse o industrialismo, a subordinação da lógica da formação social à chamada contradição antiimperialista e conferisse importância às liberdades públicas que vinham se afirmando desde o 24 de Agosto.

9 Esse texto chama a atenção para duas passagens. Primeiro, a posição a favor da tese das reformas de estrutura com democracia como via alternativa a 1917, como vinha propondo o PCI desde o XX Congresso. O autor concorda com essa nova *política de renovação democrática* (sic), igualmente aprovada pela declaração conjunta dos comunistas franceses e italianos, de 27 de dezembro de 1958, chegando a citar Enrico Berlinguer para explicá-la: “A palavra de ordem de desenvolvimento econômico e político democrático e de reformas de estrutura nada têm em comum, pois, com uma política reformista que se propõe apenas introduzir, pela cúpula no sistema capitalista, determinadas correções de caráter paternalista. Para nós uma política de desenvolvimento democrático e de reformas de estrutura significa que, sobre a base do avanço do movimento de massas, podem ser levadas a efeito radicais transformações na esfera da produção, que constituam outros golpes contra as grandes concentrações da propriedade e do Poder”. Em outra passagem, Marco Antonio Coelho observa que o novo caminho pressupunha “um clima de democracia, quando haja respeito pelos direitos inscritos na Constituição. Sendo assim a tática das soluções positivas determina que se trave a defesa das liberdades e o combate pelo aperfeiçoamento do regime democrático” (Coelho, 1960).

10 Desde antes já se registram fatos sintomáticos dessa compulsão, como, por exemplo, a disputa durante a discussão de 1956/1957, quando alguns comunistas renovadores procuraram levá-la para temas substantivos em vez do debate doutrinário. Imediatamente depois, a criação das revistas *Novos Tempos* (de curta duração) e sobremaneira *Estudos Sociais*, bem diferente da publicação oficial dos PCs *Problemas/Revista Internacional/Problemas da Paz e do Socialismo*, que ocupava a quase totalidade de suas páginas para reproduzir material de formação ideológica e traduções.

a reorientação da práxis agrária comunista seguirá um caminho bem mais sinuoso. Se, por um lado, o afastamento do antigo campesinismo espelha a tradição de subsunção do tema agrário à tese operário-camponesa, por outro, reafirmada esta última enquanto ideologia, irrenunciável, aquele mesmo movimento que avançava evocando a superioridade da classe operária, simultaneamente, exigia a “verdadeira política comunista” de privilegiamento do aliado camponês e abafava os arroubos dos dissidentes de 1956/1957 que pediam revisão daquele cânone para ampliar a política para muito além do pólo popular. Pragmático, trabalhando uma teoria “possível”, o núcleo dirigente comunista sobrevivente à crise do estalinismo encontraria a “solução” que poderíamos chamar de politização da questão agrária, ou seja, de certo modo à Lenin, inscrevê-la na lógica de uma formação social sob impacto de um capitalismo nacional em expansão. Diversamente do marxismo estagnacionista, agora no novo enfoque, ao modo nacional-desenvolvimentista, tinha centralidade a noção dos “obstáculos estruturais”, ressignificados, porém, à Mao Tsé-Tung, como “contradições fundamentais” – o industrialismo opondo a nacionalidade ao imperialismo, chocando-se com o atraso rural e o monopólio da terra – dinamizando a sociedade civil e a vida política nacional no sentido da democratização. Quem sabe é esse novíssimo processo de democratização que põe novamente “em circulação” entre os comunistas dois opúsculos leninianos bem emblemáticos: *Dois táticas da social-democracia russa* pelo seu famoso etapismo revolucionário e *O programa agrário da social-democracia russa* (sem a mesma perspicácia de leitura) com o tema da evolução agrária, então citados na publicística.<sup>11</sup>

Um artigo dessa época de Alberto Passos Guimarães pode dar pistas de como teria surgido o “novo pensamento agrário” no PCB. Desde logo não estranha a insistência numa questão camponesa ao modo clássico e que nele circule a noção de “restos feudais e semifeudais”, mas este parece não ser o ponto mais afim com os tempos de virada política. É possível acompanhar uma certa argumentação com a qual Passos Guimarães procura esvaziar de significado político o velho agrarismo avesso ao Brasil mais moderno do segundo Vargas e JK. O autor de *Quatro séculos de latifúndio*, digamos assim, introduz na discussão agrária a “grande política” e parece decidido a pôr em dúvida

---

11 Em vários textos do V Congresso aparecem menções a *O programa agrário da social-democracia russa*, algumas delas até mesmo se referindo às duas vias de transformação agrária previstas por Lenin – revolucionária e de adaptações reformistas – sem contudo projetar no modelo de revolução burguesa e no próprio tema da revolução maiores conseqüências analíticas.

a subsunção do problema camponês a uma mera oposição a restos feudais num país condenado à estagnação, como na tradição da ic. Ao defender, em sua descrição das tarefas da revolução brasileira, “três frentes da luta de classes” no campo, e não apenas duas (vale dizer, a dos camponeses contra o latifúndio feudal e a dos assalariados e semi-assalariados contra o patronato “capitalista”, assim com reticência...), Alberto Passos Guimarães procura equacionar a mobilização agrária com base na dimensão amplificante da estratégia de frente única (Passos Guimarães, 1960; Santos, 1996b). Isto é, estaria conferindo estatuto diverso à questão agrária de modo que ela já não podia mais ser vista como uma questão *per se* diretamente interpelável por um ente voluntarista externo (classe operária, partido comunista). Ao contrário, ali já se percebia que a questão agrária requeria encaminhamento dependente de uma articulação de alianças bem mais amplas, vale dizer, do conjunto da vida política nacional. Essa seria a conexão que aquele autor tenta fazer entre os conflitos agrários e a “primeira frente de luta” de oposição aos monopólios internacionais; isto é, sua inscrição como tema da mobilização pluriclassista em expansão, de natureza bem diversa da conotação do agrarismo instrumental do Manifesto de Agosto de 1950.

Sem concessão ao agrarismo sindical de Caio Prado Jr. (considerado na geografia pecebista avançado demais) à esquerda, e resistindo à revisão do princípio da hegemonia operária à direita, como queriam os revisionistas remanescentes de 1956/1957, Alberto Passos Guimarães estaria propondo um outro processo universalizante – suplementar à dialética de socialização política da aliança operário-camponesa –, do mesmo modo que nesta última, também a se construir tendo como base a política, como solução do problema “da fraqueza e isolamento do movimento camponês” em relação à pujança da articulação nacionalista.<sup>12</sup> É como se, além da universalidade, inerente à classe operária, e que pelas mãos do partido já devia orientar a práxis agrária comunista, ainda se reforçava o processo de conscientização dos camponeses mediante o aprendizado adicional que eles poderiam obter no exercício da política geral de frente única,

---

12 Durante os debates de 1956/1957, Agildo Barata já mostrara esse descompasso como um dado a sugerir que o “processo revolucionário” da época devia ser compreendido como uma fase inicial de acumulação de forças, o que implicava, por sua vez, dar maior atenção ao problema da formação de uma ampla frente única. Ainda segundo ele, só o surgimento de um governo nacionalista e democrático, que introduzisse democratismo na vida política, poderia criar condições para uma mobilização da população em grande escala (Barata, 1957).

como no *Que fazer?* (Lenin, 1975). O seguinte tipo de formulação política, que tanto desgostara Caio Prado Jr., pode ter sido resultado dessa construção: “A frente da luta de classes dos assalariados e semi-assalariados (que muito freqüentemente aliam à condição de assalariados a condição de camponeses) terá uma especial preponderância sobre as demais. Por intermédio dessa frente será possível montar as correias de transmissão que irão ligar o proletariado e o movimento democrático das cidades aos camponeses e ao movimento democrático do campo” (Passos Guimarães, 1960; Santos, 1996b). Tal elaboração se refletirá diretamente no Projeto das Teses para discussão do v Congresso: “Em virtude de sua condição social de proletários ou semiproletários, como também de seu grau de concentração, os assalariados rurais são mais suscetíveis de organizarem-se em sindicatos, que podem constituir as bases iniciais para a mobilização das massas camponesas” (idem).

De qualquer modo, com esse tipo de argumento, na Declaração de Março de 1958, nas Teses para a discussão do v Congresso do PCB (1960) e em Alberto Passos Guimarães, começava-se a redimensionar o problema agrário à revelia da própria tradição segundo a qual os camponeses constituíam *ex-ante* a “questão central da revolução”, como em algumas áreas do partido ainda se insistia (Santos, 1996b). Em lugar de continuar preso à ortodoxia, o PCB abria uma trilha que apontava para uma compreensão daqueles grupos agrários mais como *uma* dentre as classes emergentes na cena política – burguesia nacional, proletariado, classes médias urbanas (estas, aliás, muito realçadas por Nelson Werneck Sodré, depois valorizadas pelo PCB como “aliado fundamental” tal como os camponeses), assalariados, semi-assalariados e camponeses – atores sociopolíticos-chave da construção da frente única.<sup>13</sup> Daí a resistência da ortodoxia dentro do PCB (levando o v Con-

---

13 Aliás, sem participar diretamente da controvérsia (no seu livro de 1962 apenas registra numa nota a discordância de Caio Prado Jr. com a tese da feudalidade), Nelson Werneck Sodré apresenta uma pequena dissertação sobre o que ele chama de fenômeno da “regressão feudal” de vastas áreas escravistas para um regime de servidão e semi-servidão. Eis o argumento: dada a inexistência de uma estrutura econômica adequada e a disponibilidade de terras, à hora da constituição do mercado de trabalho livre, aquele fenômeno regressivo consistira numa “invasão formigueira” de milhares e milhares de pequenos produtores e pequenos criadores que estabeleceram suas roças nos grandes vazios. Além disso, esses “camponeses” carregaram todas as conseqüências culturais da longa vigência do escravismo, configurando um “quadro inequivocadamente feudal”, como ele diz, quando se apóia em Mariátegui; ou um mundo constituído “ao modo prussiano” (sic), quando se refere a Lenin de *O programa agrário da social-democracia russa* (Sodré, 1962; Santos, 1996b).

gresso de 1960 à polarização, embora os partidários da Declaração de Março tenham dele saído vitoriosos), recusando o deslocamento do eixo das alianças do núcleo operário-camponês para participantes efetivos na cena pública – na terminologia comunista, frente única da burguesia nacional com o proletariado e outros setores nacionalistas. Os defensores dos princípios comunistas no PCB temiam aquele movimento de transferência do cumprimento programático das mãos de uma formação de molde revolucionário (a FDLN) para o gradualismo dos governos pluriclassistas (Santos, 1991).

Nossa proposição é a de que, desde o “desenvolvimentismo” da Declaração de Março, o PCB começava a se afastar da influência da tradição “orientalista”<sup>14</sup> e deixava de lado a sua derivação: a política de curto prazo, inclusive alimentada pela sobrevalorização das lutas camponesas (fragmentadas e “subversivistas”, como diria Gramsci), ainda ressoando na memória comunista. Na nova percepção, teria havido uma espécie de ressignificação parcial do sentido da questão camponesa que, de problema nacional-camponês, como na “teoria” da aliança operário-camponesa, passou a ser redefinida a partir do parâmetro de uma questão nacional-antiimperialista em um país em franco processo de modernização. A questão nacional aqui era vista como industrialização e desenvolvimento (na Declaração de Março; nas Teses e na Resolução do V Congresso de 1960; e depois em Nelson Werneck Sodré). É com esse tipo de percepção que o PCB do pós-1954 vai reconhecer, contra o próprio terceiro-mundismo, o alto poder mobilizatório do nacionalismo em contraste com a debilidade e o isolamento das lutas camponesas do início dos anos 50. Pela via da intuição, a nova práxis agrária consistiria em estimular uma mobilização dos camponeses que importava, desde logo, em acesso à cidadania e ganhos reais (através das chamadas “medidas parciais de reforma agrária”), avanços só garantidos à medida que um (ou sucessivos) governo(s) “nacional(ais) e democrático(s)” afirmasse(m) programas de reformas estruturais. Por certo tal processo reformador ainda se encontrava indefinido, no discurso comunista, em muitos pontos, mas se pode dizer que o PCB da época já não tinha dúvida de que o mesmo significava, quanto menos, uma etapa da revolução brasileira, etapa de desenvolvimento indus-

---

14 Referimo-nos aqui ao ensaio de Luiz Werneck Vianna (1988a) “Vantagens do moderno, vantagens do atraso”. E ainda *Questão nacional e democracia: o Ocidente incompleto do PCB* (1988b) em que este autor faz uma leitura da trajetória comunista contemporânea sob a chave Oriente/Ocidente.

trial com democracia política, processo a se constituir no plano da política por meio de mediações, descontinuidades e gradualismo, sem a subversão da ordem social.<sup>15</sup>

Vejam agora, minimamente que seja, como esse mundo intelectual intramuros “se socializa” nas discussões polarizadas entre Julião e os “sindicatos comunistas”. Dois “eventos” – o Congresso de Belo Horizonte de 1961, onde, contra a vontade do PCB, triunfara a tese da “reforma agrária radical” (Santos & Carvalho Costa, 1997) e a polêmica de Giocondo Dias com o líder das Ligas Camponesas em 1962 – poderiam ser habilitados como lugares de exposição das duas principais ideologizações dos camponeses de maior apelo em vastas áreas da militância sociopolítica da mobilização agrária daqueles anos.

Enquanto os comunistas procuravam afirmar a política de frente única, anteriormente definida a partir do tema da democracia política, abandonando a velha política de “derrubada do governo”, à qual uma ideologização do camponês como ator privilegiado inegavelmente servia, noutra ponta, a saga cubana, aqui também lida como modelo, começou a influenciar as Ligas Camponesas, empurrando-as no início dos anos 60 para uma direção diversa da primeira época de movimento social conduzido pelo advogado trabalhista Francisco Julião.<sup>16</sup>

Projetado à cena pública nacional, Julião passou a ser requerido de um discurso também nacional. Luiz Flávio de Carvalho Costa reúne, de diferentes fontes, algumas passagens bem sugestivas. Na citação que faz de Fernando Azevedo (1982), Julião aparece dizendo: “Logo cedo eu me convenci de que o caminho de libertação do campesinato deve ser aberto pelos arrendatários e colonos, os únicos que têm condições de lutar pela fixação à terra. Por isso, ao invés de cuidar da sindicalização rural que não existe, praticamente, ainda, no

---

15 Esse tema da impossibilidade de 1917 nunca aparece problematizado por completo, embora às vezes fique bem sugerido nas “construções teóricas” que permeiam vários documentos pecebistas, como desenvolvimento econômico, tendência permanente à democratização, gradualismo e democracia política, sucessão de governos reformistas, via pacífica, soluções positivas etc., a esboçar o que poderia ser uma espécie de “via política ao socialismo”, como no caso dos comunistas italianos.

16 Fragmon Borges registra à época essa mudança: “A partir de 1960, principalmente em consequência de uma avaliação falsa do nível de consciência das massas camponesas e da sua organização e de apreciação incorreta da experiência da Revolução Cubana, o deputado Francisco Julião passou a adotar posições que o levariam, num processo, a se isolar do movimento camponês e a perder a sua liderança efetiva”. Fragmon Borges considerava decisiva a contribuição de Julião mas lamentava que ele tivesse se desligado “materialmente das origens e bases de sua liderança”. Sua avaliação das Ligas era a de que elas constituíam um movimento bastante incipiente (Borges, 1962, Santos, 1996b).

Brasil, entendo que se devem criar associações de foreiros e colonos, com a configuração das Ligas Camponesas de Pernambuco" (Carvalho Costa, 1996). Ou então: "Quando a luta se inicia no campo ela toma, imediatamente, caráter político, o que não ocorre com a classe operária, cuja dinâmica é o aumento de salário. O campesinato desatará o processo revolucionário brasileiro e conseguirá influir para que a classe operária se associe à luta ... Os sindicatos rurais e outras associações não têm as mesmas condições, porque, enquanto nosso objetivo é político, eles lutam por reivindicações nos setores onde a classe operária é reduzida" (Julião, 1962b; Carvalho Costa, 1994). Logo após o congresso de Belo Horizonte, Julião afirmara que "o capitalismo não tem mais nada a oferecer ao povo. A luta pela reforma agrária deve orientar-se no sentido da implantação de métodos coletivos de trabalho" (Julião, 1962a; Carvalho Costa, 1994). Julião negava o gradualismo político do PCB, acreditando que, num país subdesenvolvido como o Brasil, seria possível queimar etapas e caminhar de modo mais rápido para o socialismo (Carvalho Costa, 1996). Distante da "teorização" pecebista (afinal, afinada com a articulação de centro-esquerda à volta de Jango), o discurso de Julião iria alimentar um imaginário alternativo que trazia da experiência cubana a imagem de um processo político "do campo para a cidade" liderado por um agrupamento suficientemente preparado para interpelar os camponeses a partir da emergência de uma formação sociopolítica de outro tipo, propensa a se marginalizar da institucionalidade.

Mas essa versão das intenções de Julião ainda precisaria ser qualificada. Quem sabe, uma incursão na trajetória do líder das Ligas Camponesas releve melhor o sentido das mudanças do começo dos anos 60 e esclareça até que ponto os seus motivos teriam decorrido diretamente das tensões daquele pré-1964, induzindo-o a superestimar o campesinato mobilizado nas Ligas como um ator de elevado potencial político. A idéia de "mudança de rumo" apontada por Fragmon Borges faria sentido com a biografia de Julião do final da década de 1940 e início dos anos 50, quando o advogado camponês teria exercido à época (ainda não podemos confirmar de todo esse registro feito por veteranos militantes com fontes documentais) um papel moderador diante do campesinismo radicalizado do próprio PCB.<sup>17</sup> O pró-

---

<sup>17</sup> Uma pista para averiguar o ponto seria consultar o jornal comunista pernambucano *Folha do Povo*, depois substituído por *A Hora*. Ademais, seria interessantíssimo encontrar e confrontar a conjectura com o folheto de Julião *Cartilha do camponês* (redigido um pouco antes desse momento e publicado em 1959) e também com o seu romance *Irmão Joazeiro*, escrito "de uma só

prio Julião, trinta anos depois, vê em perspectiva a mobilização das Ligas Camponesas como um processo cuja vocação era a de dar passagem aos camponeses, "sem ultrapassar as fronteiras da democracia. Daí nossa insistência em consumir a reforma agrária radical sem quebra da legalidade, consubstanciada na Carta Magna então vigente" (Julião, 1994; Carvalho Costa, 1994, p.24).<sup>18</sup>

Nesse mesmo ano de 1962, o PCB responde a Julião. Bem ao estilo da tradição, o artigo oficial de Giocondo Dias (1962) *Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira*, escrito para pôr os pingos nos is, inclusive deter a influência de Julião no próprio partido (Dias, 1979; apud Carvalho Costa, 1996) mobiliza um argumento generalista para avaliar o agrarismo do líder camponês. A consequência política maior de suas teses seria a substituição dos objetivos da fase revolucionária – antiimperialismo, eliminação do latifúndio – pela idéia de confronto com a burguesia como classe, que Giocondo Dias enxergava no discurso de Julião, o que enfraqueceria a política de frente única, levando o campo democrático ao isolamento. Nas suas palavras: "1) Estreitaríamos o campo revolucionário, submetendo-o a uma radicalização artificial e simultaneamente alargariamos o campo inimigo; 2) Imporíamos à revolução brasileira tarefas que não se acham ainda suficientemente maduras e que, portanto, estão acima de suas forças no momento, como a imediata socialização de todos os meios de produção fundamentais; 3) Teríamos de concentrar o fogo num alvo que não é, atualmente, o principal, deixando, portanto, de convergir o ataque contra aqueles inimigos que são, de fato, os mais importantes" (Dias, 1962; Santos, 1996b). Desse ponto de vista, Giocondo Dias passava a ver os efeitos imediatos da "concepção" de Julião: a lógica do seu agrarismo estimularia três subestimações "de caráter esquerdista", segundo o dirigente comunista, conduzentes à radicalização e ao esvaziamento político das Ligas Camponesas. Primeiro, porque ela levava a minimizar a organização e o legalismo camponês que nos primeiros tempos da mobilização agrária Julião sempre estimava decisi-

---

pancada", como se soube na época, como narrativa dramática da luta de um grupo de eiteiros contra o latifúndio (Julião, 1960).

18 Isto está escrito num texto de 1994, no qual Julião procura retirar do termo "radical" do lema da reforma agrária o que ele reclama ser uma distorção atributiva de sectarismo, conferindo-lhe o sentido histórico radicalmente antilatifundiário. Não deixa, porém, de registrar: "Houve, não podemos negar, passos mais acelerados na marcha pela consumação de uma reforma agrária radical, mas nunca deixamos de assumir essa responsabilidade convencidos de que a história não é obra somente dos acertos, senão também dos erros cometidos por um povo no seu afã de conquistar mais liberdade e independência" (Julião, 1994).

vo. Depois, porque tal orientação subordinava a solução das pequenas demandas (melhores condições de arrendamento e melhores contratos de parceria, aumento de salários etc.) à realização prévia da reforma agrária radical. Aliás, com esse programa maximalista, Julião tendia a abandonar a tática da articulação das reivindicações parciais com a mobilização mais ampla pela reforma agrária a ser decidida no plano nacional (dizia Dias, enfraquecendo ainda mais o legalismo das Ligas Camponesas, em boa medida o responsável pela rapidez com que elas alcançavam consideráveis grupos sociais).

Percebido o nosso mundo rural menos como um mundo de completa feudalidade, sob invasão de um capitalismo desintegrador das suas virtualidades autárquicas, aqui se propunha a questão agrária como tema da incorporação dos camponeses à modernização nacional, em lugar de uma "regeneração" social, como na ponta populista do debate russo do tempo de Lenin. Do nacional-desenvolvimentismo ao PCB, aqui a nova identidade nacional chamava-se desenvolvimento. E essa incorporação será vista ora como processo de integração ao mercado monetário para reforçar o impulso industrialista (Cepal, Iseb etc.), ora como incorporação ao mercado interno como processo de extensão da cidadania, questão complexa e de resolução dependente de uma progressiva configuração de governo(s) que praticasse(m) uma política melhorista, como verbalizava o PCB.

Contudo, a política pecebista de mobilização camponesa com base numa operação junto a um ator moderno não se revestia da consistência moderno-sindical pressuposta na dissertação caiopradiana. Aquele relançamento (ideológico e/ou político) do "fim último camponês" (realçado nas diferentes passagens da Resolução do V Congresso) mostrava que, mal resolvido o agrarismo camponês, o realismo tático daquela política comunista não deixava claro se, naquele discurso, era o grupo moderno quem abria passagem para os "camponeses", ou se seriam estes quem, em última instância, ainda haveriam de protagonizar uma revolução/reforma agrária de tipo camponês. Ou seja, quando o mundo real limitava a sua preferência "modernista" de sindicalismo, o partido era compelido a disputar e ter de envolver-se com a camada social em que se conformava o cenário camponês.<sup>19</sup> Sem a dissertação

---

19 Luiz Flávio de Carvalho Costa (1996) mostra que há indícios sugerindo que os comunistas se enraizaram, muito mais do que se pensa, entre os não-assalariados. A razão disso estaria no fato de que a proletarização, já avançada no pré-1964, ainda não tinha repercutido fortemente no comportamento político-organizacional de alguns atores sociais. A tensão era muito maior nos grupos envolvidos na questão da terra (idem), sendo possível supor que os arrendatários e os posseiros

de Caio Prado Jr., um partido já por excelência empirista e pragmático “não tinha” como não terminar submetendo-se às pressões dos seus setores “orientalistas”, às vezes lhes dando combate, noutras com eles conciliando, especialmente quando estes últimos denunciavam o revisionismo de direita (negação do princípio da aliança operário-camponesa como hegemonia), e lhe cobravam autodefinição revolucionária, debilitando a centralidade da frente única na conduta do partido em relação ao processo político em curso.

Como está avaliado nos seus próprios documentos (Nogueira, 1980), às vésperas da derrota do governo Goulart, o PCB iria oscilar entre cumprir um papel de “esquerda positiva” para garantir “frente ampla” à continuidade do reformismo goulartiano, como pedia Santiago Dantas (Cf. Marçal Brandão, 1995); ou se deixar paralisar pelos resíduos da sua antiga cultura política de revolução. Até mesmo a Declaração do Comitê Central de dezembro de 1962 (PCB, 1962) testemunha a dúvida então introduzida no gradualismo da política das “soluções positivas” e de reformas parciais e abre a porta para o chamado combate à “conciliação de direita” de Jango, acenando com a idéia da formação de um outro governo mais disposto a acelerar o tempo das reformas de base. O texto *O povo exige reformas de base* (PCB, 1963) também mostra como a direção partidária ainda procurava conciliar a orientação gradualística do pecebismo contemporâneo com a priorização radicalizante dos temas substantivos e das soluções de curto prazo, como revela José Antonio Segatto, ao fazer um balanço dessa tendência em alguns dirigentes comunistas, inclusive de identificação com a tese da reforma agrária radical (Segatto, 1995). Esses matizes na práxis política indicavam a sombra da antiga mentalidade comunista sobre a clarividência de certas áreas desse partido que, como Santiago Dantas, reclamavam realismo e prudência diante da marcha da conspiração golpista. A rigor, o PCB se debatia entre o experimento de *renovação democrática* da sociedade, ainda muito frágil no conjunto partidário, e a cultura política da própria tradição terceiro-internacionalista.

E Caio Prado Jr.? Às vésperas de 1964, em um artigo publicado no último número da *Revista Brasiliense*, ele volta a se queixar das

---

configurassem um cenário camponês posto à frente dos atores públicos (Santos & Carvalho Costa, 1997). Como ponto alusivo a uma tendência, quem sabe, mais relevante, poder-se-ia lembrar que alguns sindicatos criados em estados de capitalismo agrário sumamente débil às vezes recebiam dos próprios “camponeses” o nome de “Ligas Camponesas”, aqui registrado o caso do Piauí entre 1962 e 1963 em *Rascunho memorialista* (Santos, 1967).

correntes de esquerda (não só do PCB)<sup>20</sup> por elas continuarem insistindo quase unicamente no aspecto da reforma agrária da divisão de terras (“reforma agrária radical”, “terra para quem nela trabalha”), com grande prejuízo da tarefa principal – impulsionar a grande força potencial de “renovação da economia agrária”. O historiador paulista apóia a sua interpelação no exemplo dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco que haviam lutado durante o ano de 1963 pelo cumprimento da legislação rural-trabalhista e desenvolvido uma mobilização que rapidamente se espalhou, contou com apoio do governo Arraes e obteve ganhos salariais expressivos, de resto, provocando efeitos dinamizadores na economia da região de Palmares. Em vez de inclinar-se à radicalização das Ligas Camponesas, Caio Prado Jr. via a luta pela terra restrita a regiões excepcionais, como era o caso de posseiros das zonas pioneiras (Oeste do Paraná, Goiás...) e dos foreiros de algumas zonas de importância secundária do Nordeste, enquanto na principal frente de luta, a dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Nordeste, dos cafezais de São Paulo e Paraná, da zona cacauzeira da Bahia etc., isto é, como diz ele, “na generalidade do país”, a questão agrária marchava muito lentamente (Prado Jr., 1964). O “apressamento da transformação e da renovação da economia agrária” – nisto consistia a reforma de estrutura pregada por Caio Prado Jr. – tinha sua chave de compreensão e solução no exemplo de Pernambuco, mas para isso ele considerava inadiável a mudança na mentalidade das esquerdas de privilegiamento da luta pela terra, sob pena de permanecerem na “estéril agitação por objetivos, no mais das vezes, na situação atual e no momento que atravessamos, muito além e mesmo inteiramente fora do realizável”.

Após 1964, Caio Prado Jr. irá servir de argumento contra o gradualismo pecebista e o dualismo do paradigma que lhe servira de base, sendo usado por alguns grupos de dentro e de fora do PCB que se radicalizaram.<sup>21</sup> O PCB, após várias divisões, não só não radicalizaria o seu agrarismo camponês, residual mas ainda latente, como no pós-1964 os “cochilos” intermitentes de valorização do assalariamento e

---

20 Caio Prado Jr. dirige a sua crítica tanto ao documento “Sugestões iniciais para um programa de governo que faça as reformas de base”, enviado a Santiago Dantas em 19.1.1964, pela Frente de Mobilização Popular, CGT, UNE, Ubes, Liga Feminina e AP, quanto ao texto do PCB “Posição dos comunistas”, publicado em *Novos Rumos* de 20 a 30 de janeiro de 1964 (Prado Jr., 1964).

21 Carlos Nelson Coutinho observa que a argumentação do historiador paulista não só tem outras raízes, como a aproximação com os setores radicalizados foi meramente ocasional (Coutinho, 1990)

do sindicato serão mais frequentes (ver textos do VI Congresso, de 1967 e outros, in Nogueira, 1980). À margem da antiga controvérsia, em meados dos anos 70, uma reflexão de parte da intelectualidade pecebista produziria uma releitura não-clássica da formação social, lançando um outro olhar sobre o papel das classes agrárias na constituição do capitalismo brasileiro (Ribeiro, 1988; especialmente Vianna, 1976).

Chama a atenção nos textos dessa (e quiçá última importante) vertente intelectual comunista a interlocução com a bibliografia dedicada à modernização das sociedades agrárias, especialmente Lenin, Gerschenkron, Lukács, Gramsci e Barrington Moore, cujas presenças constituem uma constante em vários dos autores conhecidos na passagem dos anos 70 para a década de 1980 como “eurocomunistas” brasileiros (Santos, 1996a). São fortes os indícios de que tal influência os induziu a ver no tema do prussianismo – revoluções “pelo alto”, especialmente a dissertação gramsciana sobre o *Risorgimento* – um novo paradigma explicativo da formação social brasileira, tornando-o depois chave para revalorizar a mobilização pela democracia política do pós-1964 como uma estratégia de reversão do elitismo da vida política brasileira; possibilidade vista cada vez mais como uma “verdadeira revolução” (Vianna, 1981).

Parte do resgate do gradualismo da política de frente democrática como estratégia de “democratização progressiva” da sociedade, a ensaística de Ivan Ribeiro constitui um marco importante. Esse autor percebia que, com a evolução da agricultura no pós-1964 em direção oposta à previsão (estagnacionista) nacional-desenvolvimentista, fazia-se necessário um novo equacionamento da questão agrária. Era preciso reconhecer que, de um lado, o latifúndio não só não impedira o fortalecimento do capitalismo, como tampouco aguçara as suas contradições com as frações industrial e comercial da burguesia e que, de outro, pela modernização acelerada, a agricultura já deixara de ser o *locus* dos setores mais atrasados da economia (Ribeiro, 1988). Ribeiro se voltava para o tema (caiopradiano) do capitalismo agrário sob a égide da grande propriedade, olhando, porém, para um conjunto de transformações agrárias ao modo prussiano que progressivamente adaptavam a agricultura, substituindo gradualmente os procedimentos “feudais” por procedimentos burgueses. Nesse tipo de formação social, em que “misérias modernas” coexistiam com “misérias antigas”, a reforma agrária manteria o seu papel de liquidação dos anacronismos, sem isso significar – aqui se distanciava da noção de “obstáculo estrutural” – que a sua não-realização interditasse o industrialismo, como se acre-

ditou até bem entrados os anos 60. Se não se devia subestimar a importância econômica de uma nova área reformada a cumprir a dupla função de ampliar o setor de pequenas e médias propriedades (produzir bens alimentícios, absorver mão-de-obra), tampouco se devia cair no exagero do pré-1964 que colocara a reforma agrária como premissa do desenvolvimento capitalista nacional (Ribeiro, 1988).

Dai a reforma agrária não poder se limitar a um processo de tipo camponês ("a terra para quem nela trabalha"). Não se justificaria a criação de uma economia camponesa no setor moderno da agricultura, onde se deveriam ampliar a luta por melhores condições de trabalho, aplicar a legislação trabalhista e aumentar o associativismo, como insistia Caio Prado Jr. O que não implicava, prossegue Ribeiro, menosprezo à economia familiar camponesa, uma vez que, por não ser ainda capitalista, uma reforma agrária à americana poderia lhe trazer grandes benefícios e representar um progresso considerável (Ribeiro, 1983). Ultrapassando a ambigüidade do conceito de democracia como incorporação econômico-social dos camponeses, o propósito de Ribeiro era deslocar a problemática da reforma agrária do "estrutural" para o âmbito do "institucional", como esclarece depois, para um novo modo de pensar politicamente a questão agrária, "com o objetivo de tornar possível aos camponeses e trabalhadores rurais entrar no jogo político enquanto força de classe e com individualidade", isto é, levá-los para dentro do sistema político (Ribeiro, 1983).

Como Hobsbawm, Ivan Ribeiro se mantém atento ao processo de "modernização excludente" que levava a uma diferenciação "para baixo", com a dissolução das pequenas propriedades e a transformação dos camponeses em trabalhadores volantes e assalariados nos pequenos centros urbanos regionais, num contexto de fragmentação social, processo já bem descrito. Percebia também que se os camponeses perdiam a sua definição econômico-revolucionária, "eles" adquiriam nos (ou em interação com) grupos sucedâneos um protagonismo de novo tipo, gerando processos políticos outros, convergentes até com a penetração da mídia no campo, o que acelerava ainda mais a erosão da ordem de mando oligárquica da nossa sociedade agrária (Ribeiro, 1983). Interrompido com a morte do ensaísta em 1987, este argumento já apontava para um trânsito da confirmação pessimista do "destino histórico" dos camponeses, como vaticinara Marx, à retomada de uma idéia inspirada na vocação emancipatória do melhor da tradição marxista – a idéia de que o mundo rural não tem por que não se conciliar, como as cidades, com a democracia e com a modernidade.

SANTOS, R. The Brazilian agrarian question according to Caio Prado Jr. *Perspectivas* (São Paulo), v.20/21, p.95-119, 1997/1998.

- **ABSTRACT:** *The article describes both the debates within the Brazilian Communist Party and between the Communist Party and Francisco Julião in the 60's seen as the most important political discussion on the Brazilian agrarian problem. The author uses Caio Prado's arguments against the feudal theory of the Communist Party as a way to describe two kinds of agrarism: the agrarian trade-unionism blended with peasant unionism of the communists and Julião's peasant agrarism. Through out the text explores the question: what type of agrarian reform? Only farmer or farmer combined with a renovation process of the capitalist agrarian economy?*
- **KEYWORDS:** *Agrarism; Brazilian communism; "Ligas Camponesas"; Caio Prado Jr.; agrarian reform.*

## Referências bibliográficas

- AZEVEDO, F. de. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARATA, A. Pela renovação do partido. *Voz Operária*, 2 fev. 1957.
- BORGES, F. C. O movimento camponês no Nordeste. *Estudos Sociais*, n.15, 1962.
- BRESSER PEREIRA, L. C. De volta ao capitalismo mercantil: Caio Prado Jr. e a crise da Nova República. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.1, 1993.
- CARONE, E. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982. v.2.
- COELHO, M. A. A tática das soluções positivas. *Novos Rumos*, 29 jul. a 4 ago. 1960.
- CARVALHO COSTA, L. F. *O congresso nacional camponês: trabalhador rural no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- COUTINHO, C. N. A imagem de Brasil de Caio Prado Jr. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DIAS, G. Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira. *Novos Rumos*, n.113, ago. 1962.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JULIÃO, F. *Imãõ Joazeiro: romance*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.
- \_\_\_\_\_. O capitalismo não tem mais nada a oferecer. *Política Operária*, jan. 1962a.
- \_\_\_\_\_. Julião (apóstolo da revolução brasileira) diz: revolução socialista e pelo campo! *O Semanário*, 31 maio, 1962b.
- \_\_\_\_\_. A reforma agrária, 30 anos depois. In: CARVALHO COSTA, L. F. *O congresso nacional camponês*. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro, 1994. v.2

- LENIN, W. *Que hacer?* Moscou: Progresso, 1975. (Obras Escolhidas em doze tomos, v. 2)
- MARÇAL BRANDÃO, G. O Partido Comunista como "esquerda positiva". *Lua Nova*, n.38, 1995.
- MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.
- NOGUEIRA, M. A. (Org.) *PCB: vinte anos de política*. São Paulo: Lech, 1980.
- PASSOS GUIMARÃES, A. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro. *Voz Operária*, 22 a 28 jul. 1960 e 29 jul. a 4 ago. 1960.
- PCB. Resolução sindical aprovada pelo Comitê Nacional do PCB em julho de 1952. *Problemas* (Rio de Janeiro), ago. 1952.
- \_\_\_\_\_. *Teses para a discussão do V Congresso do PCB*. Rio de Janeiro, 1960. (Folheto).
- \_\_\_\_\_. *Resolução política de dezembro de 1962*. Rio de Janeiro, 1962. (Folheto).
- \_\_\_\_\_. *O povo exige reformas de base*. Rio de Janeiro: Bandeiras, 1963. (*Cadernos Hoje*).
- \_\_\_\_\_. Informe de balanço do CC ao VI Congresso de 1967. In: NOGUEIRA, M. A. (Org.) *PCB: vinte anos de política*. São Paulo: Lech, 1980.
- \_\_\_\_\_. Resolução do V Congresso do PCB (1960). In: NOGUEIRA, M. A. (Org.) *PCB: vinte anos de política*. São Paulo: Lech, 1980.
- \_\_\_\_\_. Declaração sobre a política do PCB (março de 1958). In: CARONE, E. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982. v.2
- PISHEL, E. C. Maoísmo. In: Bobbio, N. et al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.
- PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins Fontes, 1942.
- \_\_\_\_\_. As teses e a revolução brasileira – II. *Novos Rumos*, 17 a 23 jun. 1960a.
- \_\_\_\_\_. As teses e a revolução brasileira – V. *Novos Rumos*, 8 a 14 jul. 1960b.
- \_\_\_\_\_. Marcha da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense*, n.51, 1964.
- \_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978a.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas de 1977. In: \_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978b. (Adendo).
- RIBEIRO, I. A questão agrária e a democracia. *Presença*, n.1, 1983.
- \_\_\_\_\_. Agricultura e capitalismo no Brasil. *Presença*, n.11, 1988.
- SANTOS, R. *Rascunho memorialista: 1967*. (Inédito).
- \_\_\_\_\_. Nota de pesquisa: partido e política no Brasil: 1958-64. *Cadernos Brasil em Debate*, UFPB, n.2, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A segunda renovação pecebista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

- SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: *História do marxismo no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. v.1.
- \_\_\_\_\_. *Modernização e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Edur, 1996a.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Questão agrária e política*: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Edur, 1996b.
- SANTOS, R., CARVALHO COSTA, L. F. Camponeses e política no pré-64. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.8, 1997.
- SCHWARTZMAN, S. (Org.) *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de nosso tempo"*. Brasília: Câmara dos Deputados, UnB, 1982. ("Três etapas do comunismo brasileiro", sem autoria, publicado originariamente em *Cadernos de Nosso Tempo*, n.2, 1954).
- SEGATTO, J. A. *Reforma ou revolução*: as vicissitudes políticas do PCB (1954-64). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SOUSA FREITAS, C. de. *Realidade brasileira e militância*: o diálogo de Caio Prado Jr. com o PCB. Rio de Janeiro: 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- STALIN, J. *Cuestiones del leninismo*. Moscou: Lenguas Extranjeras, 1941.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. Sobre a estratégia e a tática das teses. *Voz da Unidade*, Debates, v.89, 1981.
- \_\_\_\_\_. Vantagens do moderno, vantagens do atraso. *Presença*, n.12, 1988a.
- \_\_\_\_\_. *Questão nacional e democracia*: o Ocidente incompleto do PCB. Rio de Janeiro, Iuperj, 1988b.
- VINHAS, M. *O Partidão*: a luta por um partido de massas – 1922-74. São Paulo: Hucitec, 1982.